



PARTE E

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA

Despacho (extrato) n.º 2517/2012

Por meu despacho de 12 de dezembro de 2011, foi autorizada a renovação da contratação do seguinte pessoal docente:

Maria João Serejo Barroso Girão, assistente convidada, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e acumulação de funções a tempo parcial (30 %), de 1 de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012.

Mónica Alexandra Miranda Pereira, assistente convidada, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e acumulação de funções a tempo parcial (30 %), de 1 de outubro de 2011 a 30 de setembro de 2012.

24 de janeiro de 2012. — O Vice-Presidente, *João Carlos Barreiros dos Santos*.

205739397

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Aviso (extrato) n.º 2750/2012

Nos termos do artigo 10.º dos Estatutos da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, homologados pelo Reitor em 28/05/2009 e publicados na 2.ª série n.º 130, de 08/07/2009, foi eleito Diretor da Faculdade de Economia em 09/12/2011, o Professor Catedrático Doutor Efigénio da Luz Rebelo, com efeitos a 20/12/2011 por um mandato de três anos.

14 de fevereiro de 2012. — A Diretora de Serviços de Recursos Humanos, *Sílvia Cabrita*.

205740327

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Despacho n.º 2518/2012

Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 13/02/2012, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com um período experimental de 5 anos, com o doutor Pedro Tiago Martins Batista, na categoria de professor auxiliar do mapa de pessoal desta instituição, na sequência de concurso documental internacional para a área disciplinar de Engenharia Eletrotécnica, com direito à remuneração correspondente ao escalão 1, índice 195, do Estatuto remuneratório do pessoal docente universitário.

13 de fevereiro de 2012. — O Administrador da Universidade de Évora, *Rui Manuel Gonçalves Pingo*.

205739737

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Direito

Aviso n.º 2751/2012

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior do mapa de pessoal não docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, aberto pelo aviso n.º 23621/2011 — Convocatória para a prova de conhecimentos.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se os candidatos ao procedimento concursal comum aberto pelo Aviso n.º 23621/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 234, de 7 de dezembro 2011, de que a lista de candidatos admitidos à prova de conhecimentos se encontra afixada na vitrina reservada aos Recursos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (piso 0) e disponibilizada na sua página eletrónica (www.fd.ul.pt).

Os candidatos constantes da lista ficam convocados para a realização da prova de conhecimentos que terá lugar no próximo dia 7 de março do corrente ano, às 10 horas, no anfiteatro 2, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sita na Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa, caso não lhes seja aplicado o método de seleção — avaliação curricular.

A prova terá a duração de 120 minutos e uma tolerância de 10 minutos, sendo que a prova de conhecimentos será realizada sem possibilidade de consulta, conforme o disposto no n.º 11.2 do referido aviso.

Para o efeito, os candidatos deverão fazer-se acompanhar de bilhete de identidade, cartão de cidadão, ou outro documento de identificação válido, com fotografia, sob pena de não poderem realizar a prova.

10 de fevereiro de 2012. — A Presidente do Júri, *Ana Paula Carreira*.
205735338

Faculdade de Medicina

Despacho (extrato) n.º 2519/2012

Ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, torna-se público que cessará funções, a 17 de fevereiro de 2012, por rescisão pelo contratado, o seguinte colaborador da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, com contrato a termo resolutivo certo:

Sónia Troeira Henriques — Professor Auxiliar Convidado a 30 % do Instituto de Bioquímica.

10 de fevereiro de 2012. — O Secretário, *Luís Pereira*.

205735743

Despacho (extrato) n.º 2520/2012

Por despacho do Reitor da Universidade de Lisboa de 06/02/2012:

Doutor João André Nogueira Custódio Carriço, contratado com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, como Investigador Auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, conforme os artigos 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 124/99 de 20/04 com efeitos a 02/02/2012. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

13 de fevereiro de 2012. — O Secretário, *Luís Pereira*.

205737322

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Edital n.º 181/2012

Nos termos do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, com a nova redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31/08/2009, o Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, por despacho de nove de novembro de dois mil e onze, faz saber que está aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste Edital no D. R., para recrutamento de 1 posto de trabalho de Professor Catedrático na Área Disciplinar de Física Atómica e Molecular da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

O presente concurso é documental, tem caráter internacional e rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do referido Estatuto, bem como pelo Regulamento de Concursos da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL, publicados em Anexo aos Regulamentos n.º 687/2010 (D.R., 2.ª série n.º 158, de 16 de agosto) e 98/2011 (D.R., 2.ª série n.º 27, de 08 de fevereiro) respetivamente.

I — Em conformidade com o que determina o referido Estatuto da Carreira Docente Universitária, é requisito para a candidatura ao concurso em apreço, nos termos do art.º 40.º:

- Ser titular do grau de doutor há mais de 5 anos;
- Ser detentor do título de agregado.

II — Os candidatos apresentarão os seus requerimentos de preferência em suporte digital, presencialmente na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, sita no *Campus* de Campolide, 1099 — 085 — Lisboa, por via postal ou através de correio eletrónico, em formulário disponível na Divisão de Concursos e Provas Académicas e *on line*.

O processo de candidatura deverá ser instruído com a documentação a seguir indicada:

a) Documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos exigidos no número I;

b) Declaração do tempo de serviço após a obtenção do grau de doutor;

c) 07 Exemplares em suporte digital do *curriculum vitae*. Este deve incluir uma parte inicial intitulada declaração de compromisso com o desenvolvimento da carreira (*research and teaching statement*) onde o candidato se apresenta;

d) 07 Exemplares em suporte digital das publicações associadas a trabalhos (3 a 8) citados na declaração de compromisso com o desenvolvimento da carreira (*research and teaching statement*);

e) Se o candidato não for de nacionalidade portuguesa ou de um país cuja língua oficial seja o português ou o inglês, certificação reconhecida internacionalmente do domínio da língua inglesa a um nível que permita a lecionação nessa língua;

f) Declaração sob compromisso de honra, de que se o júri optar por solicitar a documentação indicada nas alíneas b), c) d) e e) ou qualquer outra documentação científica citada no *curriculum vitae* do candidato, em suporte de papel, a mesma será entregue em 10 dias úteis.

Os documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de recrutamento em funções públicas, podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento/formulário, disponível nos Serviços Académicos da Reitoria da UNL e *on-line*, relativamente aos candidatos pertencentes a uma das suas Unidades Orgânicas.

Os candidatos que não pertencem às Unidades Orgânicas da U.N.L., devem apresentar o comprovativo da posse dos requisitos exigidos.

Os candidatos deverão entregar, dentro do prazo referido no preâmbulo deste Edital, os seus requerimentos/formulários instruídos com os documentos mencionados neste Aviso de Abertura.

III — Os critérios e indicadores de avaliação, com vista à avaliação e seriação dos candidatos, que mereceram a aprovação do júri, são os seguintes:

A — Avaliação do Desempenho Científico. Ponderação (50 %)

1) A produção científica realizada (livros, capítulos de livro, artigos em jornais científicos, comunicações em conferências, patentes, e outras formas de produção científica que sejam consideradas como relevantes pelo júri), em termos da sua qualidade e quantidade, valorizada pelo impacto e reconhecimento junto da comunidade científica. Deverá ser valorizado o mérito científico de candidatos cuja produção científica revele autonomia e liderança científica. O impacto e reconhecimento da produção científica dos candidatos poderão ser aferidos pela qualidade dos locais de publicação e apresentação dos seus trabalhos, e pelas referências que lhes são feitas por outros autores;

2) A capacidade de organizar e liderar equipas científicas, angariar projetos, assim como a atividade revelada na orientação de formação avançada (mestrados, doutoramentos e pós-doutoramentos);

3) O reconhecimento científico nacional e internacional revelado pelo *curriculum* do candidato, através da análise de diversos fatores, entre os quais se incluem a participação em júris de provas académicas realizadas fora da sua instituição de origem, a participação em painéis de avaliação de projetos e centros de investigação, a participação em comissões científicas de conferências, a criação e a participação no corpo editorial de jornais científicos internacionais, a atribuição de prémios científicos, a participação em redes de investigação e o exercício de cargos de direção de sociedades científicas e profissionais de referência nas respetivas áreas.

4) O impacto social e económico da atividade científica desenvolvida. Deve ser dada particular atenção aos resultados alcançados em transferência de tecnologia e criação de empresas de base tecnológica.

B — Capacidade Pedagógica. Ponderação: (35 %)

1) A atividade pedagógica do candidato tendo em atenção a capacidade de dinamizar e coordenar projetos pedagógicos, tais como o desenvolvimento de novos programas de disciplinas, a criação e coordenação de novos cursos ou programas de estudos, a reforma de disciplinas já existentes, a participação em órgãos de gestão pedagógica e a realização de projetos com impacto no processo de ensino/aprendizagem.

2) A produção de material pedagógico realizada pelo candidato, nomeadamente livros, artigos em publicações de índole pedagógica e documentos de apoio aos alunos nas suas várias formas e suportes.

3) A docência de disciplinas enquadradas em diferentes tipos de ciclos de estudos — licenciatura, mestrado, programas de doutoramento, cursos de pós-graduação e escolas de verão nacionais e internacionais.

4) A qualidade da atividade letiva, a qual deverá apoiar-se tanto quanto possível numa análise objetiva dessa atividade. Com este objetivo, o júri poderá recorrer a informação disponibilizada pelos candidatos, nomeadamente através de relatórios de avaliação pedagógica realizada pelos seus pares, e do resultado de inquéritos pedagógicos.

C — Outras Atividades Relevantes para a Missão da Instituição de Ensino Superior. Ponderação (15 %)

A participação e desempenho em órgãos de gestão das instituições em que esteve integrado. A participação e desempenho de tarefas atribuídas por órgãos de gestão das instituições a que esteve vinculado e que se incluam no âmbito da atividade de docente universitário. A participação e desempenho de tarefas de extensão universitária e de divulgação científica. O desempenho de tarefas de valorização económica e social do conhecimento, nomeadamente através de prestações de serviços à comunidade.

Cada membro do júri efetuará o seu exercício de avaliação, pontuando cada candidato em relação a cada critério na escala numérica de 0 a 100 pontos. As ponderações atribuídas aos critérios e indicadores específicos são os constantes da tabela seguinte:

Critério	Ponderação do critério	Forma de cálculo da nota do critério
Mérito científico (MC)	P _{MC}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 70 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 30 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º do Regulamento n.º 98/2011.
Mérito pedagógico (MP)	P _{MP}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 (MC) atribuindo de 0 a 50 pontos aos indicadores específicos 1 e 2 e de 0 50 pontos aos indicadores específicos 3 e 4 referidos no artigo 7.º do Regulamento n.º 98/2011.
Mérito de outras atividades relevantes para a UNL	P _{MOAR}	Este critério será classificado por uma nota global de 0 a 100 pontos (MOAR).

As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação, respetiva ponderação e os indicadores, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

IV — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente: Prof. Doutor José Esteves Pereira, Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências.

Vogais:

Doutor Augusto Manuel Celorico Moutinho, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nove de Lisboa;

Doutor António Joaquim de Campos Varandas, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Doutor Joaquim Marques Ferreira dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;
Doutor José Luís Campos de Oliveira Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;
Doutor José Tito da Luz Mendonça, Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa;
Doutora Maria Adelaide de Almeida Pedro de Jesus, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

V — Avaliação das candidaturas

1 — Terminado o prazo das candidaturas, reúne-se o júri para avaliação e ordenação dos candidatos. No caso de haver exclusão de algum dos candidatos, proceder-se-á à audiência prévia, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Apreciadas as respostas dos candidatos excluídos e após a respetiva deliberação, ou no caso da admissão da totalidade dos candidatos, o júri procederá à avaliação e ordenação dos mesmos, à luz dos critérios mencionados no número IV.

VI — Em cumprimento da alínea *h*) do art.º 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente Edital.

13 de fevereiro de 2012. — O Reitor, *Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas*.

205739956

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Aviso (extrato) n.º 2752/2012

Por despacho de 27 de julho de 2009, do Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, por delegação de competências:

Doutora Lara Patrício de Moura Tavares, Assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para exercer as funções de Professora Auxiliar em regime de tempo integral, por um período de 5 anos, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, produzindo efeitos à data do despacho autorizador, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de fevereiro de 2012. — A Vice-Presidente, *Maria Engrácia Cardim*, prof.ª auxiliar.

205741591

Aviso (extrato) n.º 2753/2012

Por despacho de 24 de março de 2009, do Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, por delegação de competências:

Doutora Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva, Assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, autorizado o contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para exercer as funções de Professora Auxiliar em regime de dedicação exclusiva, por um período de 5 anos, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, produzindo efeitos a 20/03/2009, dia útil imediato ao da conclusão das provas de doutoramento, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

3 de fevereiro de 2012. — A Vice-Presidente, *Prof.ª Aux. Maria Engrácia Cardim*.

205740595

Aviso (extrato) n.º 2754/2012

Por despacho de 06 de abril de 2009, do Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, por delegação de competências:

Doutora Helena Maria Maurício Caneca Sant'ana, Assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, autorizado o contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para exercer as funções de professora auxiliar em regime de dedicação exclusiva, por um período de 5 anos, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, produzindo efeitos a 27/03/2009, dia útil imediato ao da conclusão das provas de doutoramento, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

3 de fevereiro de 2012. — A Vice-Presidente, *Prof.ª Aux. Maria Engrácia Cardim*.

205741656

Aviso n.º 2755/2012

Por despacho de 01 de julho de 2009, do Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, por delegação de competências:

Doutor Alfredo Jorge Alves Gomes de Sá, Assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, autorizado o contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para exercer as funções de Professor Auxiliar em regime de tempo integral, por um período de 5 anos, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários produzindo efeitos a 17/06/2009, dia útil imediato ao da conclusão das provas de doutoramento, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de fevereiro de 2012. — A Vice-Presidente, *Prof.ª Aux. Maria Engrácia Cardim*.

205741972

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Despacho n.º 2521/2012

De acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 28.º do Despacho Normativo n.º 63/2008, de 9 de dezembro, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro integra Centros de Investigação com Estatutos ou Regulamentos Internos próprios. Ouvida a Comissão Científica do Conselho Académico, foi homologado, por meu despacho de 13 de fevereiro de 2012, o Regulamento do Centro de Ciência Animal e Veterinária da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que a seguir se publicita.

14 de fevereiro de 2012. — O Reitor, *Carlos Alberto Sequeira*.

Regulamento do Centro de Ciência Animal e Veterinária

Artigo 1.º

Definição

O Centro de Ciência Animal e Veterinária, adiante designado por CECAV, é uma unidade orgânica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, adiante designada por UTAD, associada à Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias (ECAV).

Artigo 2.º

Objetivos

São objetivos fundamentais do CECAV:

a) Promover a investigação de natureza fundamental e aplicada nas áreas de Produção Animal, Qualidade Alimentar e Saúde Pública e de Patologia e Clínica.

b) Estimular a participação em projetos de investigação científica que favoreçam a integração multidisciplinar dos seus membros e promovam a troca de conhecimento e colaboração entre investigadores de diferentes áreas científicas, favorecendo o debate e contribuindo para a difusão do conhecimento gerado no CECAV através do estímulo à produção científica, com particular relevo à divulgação internacional;

c) Promover a realização de conferências, seminários e outras atividades de divulgação científica

d) Promover o intercâmbio científico com outros Centros de Investigação nacionais e internacionais. Promover ainda colaboração científica com outros setores públicos e privados, e criar condições para atrair e fixar investigadores doutorados;

e) Apoiar a formação de recursos humanos no seu domínio de conhecimento, fomentando e participando em ações de formação pós-graduada e ainda proporcionar as condições estruturais, técnicas e científicas de apoio a projetos conducentes ao grau de mestre e de doutor;

f) Promover atividades de prestação de serviços científicos e técnicos especializados e de consultoria.

g) Contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região em que se encontra inserido.

Artigo 3.º

Membros

1 — O CECAV é constituído por membros integrados, por colaboradores e por bolseiros que desenvolvem atividades de I&D suscetíveis de se integrarem nos objetivos do CECAV.